



## Noites de Insónia

14 setembro 2022

Formador: Sérgio Guimarães de Sousa

## O ermitão

In: *Vinte Horas de Liteira*, de Camilo Castelo Branco.



## X

## O ERMITÃO

– Vais agora ouvir a mirífica história de um ermitão.

Dei um ósculo na fronte escampada de António Joaquim, e exclamei:

– És um anjo e uma glória nacional! Eu cogito, há muitos anos, em dar aos meus leitores a história de um ermitão. Não vinguei ainda o intento. Eram a minha desesperação os ermitões com virtudes que dessem a urdidura de um volume...

– Olha que as virtudes do meu ermitão –interrompeu António Joaquim – não urdem dois capítulos. É uma história menos edificativa do que promete o título; porém, foi minha mãe que ma contou: sinal de que é boa para contar-se a toda a gente.

Não sei se sabes que a Relação do Porto, situada no mesmo local em que hoje está, caiu há cento e tantos anos.

Abre-se um entre-parêntesis na narrativa do meu amigo para de passagem referir ao leitor, não informado, a procedência daquele quadrilátero de granito denegrido, que ali está na Porta do Olival. E, se o Leitor, aborrecido de velharias, se anoiar com a história da Relação do Porto, dê um salto de olhos sobre três páginas do livro <sup>14</sup>, e prenda a sua atenção no ponto em que António Joaquim é interrompido.

Antes do nascimento de Cristo, 226 anos... – Vejam onde eu vou! pouca gente começa de tão longe nestes tempos em que o progresso nos está empurrando a todos para diante! – 226 anos, pois, antes de Cristo, houve chancelaria ou convento jurídico em Santarém. Ninguém ignora que os celtas e gregos fundaram e os romanos ampliaram Santarém, que se chamou «Praesidium Julium» por graça de Júlio César. Nas Espanhas, a descrição do Universo, mandada fazer por Augusto, e referida por S. Lucas, foi proclamada primeiro em Santarém.

Naquele tempo, os governadores das províncias, durante o bom tempo, iam à guerra e, assim que o inverno lhes esfriava o sangue belicoso, recolhiam-se a sentenciar causas nos conventos jurídicos. Depois, os mouros invadiram a Lusitânia em 714, e as formas jurídicas foram alteradas. o governador mouro nomeava para cada comarca um conde cristão, que julgava consoante a legislação goda, afora os crimes de pena última que eram exclusivos dos alcaides.

Estou a ver o desfazio adorável com que alguns centenares de leitoras deixam cair o livro <sup>15</sup>, e murmuram no tom dos anjos agastados:

– Que impertinência! que narcótico!

Eu queria. ter a audácia dos apóstolos das grandes ideias para ousar dizer a V.V. Ex.<sup>as</sup> que e chegada a hora em que se faz mister ao sexo das graças vestir-se da armadura da ciência para entrar em luta com a tirania do homem. Se os dons maviosos, os encantos, e a magia dos afectos bastassem à emancipação das senhoras, emancipadas estariam todas, desde que Dalila tosquiou Sansão, e Ônfale fez que Hércules fiasse na roca. Mas a desigualdade dos direitos assenta o seu arbítrio odioso na desigualdade dos dotes intelectuais. Muitos Sansões continuam a ser tosquiados; muitas Ônfales obrigam, com a violência de um relance dengoso de olhos, enormes indivíduos a fiarem na roca; e, todavia, as frágeis vencedoras, realezas efémeras, continuam na submissão, no ostracismo dos grandes cargos da república, na inelegibilidade aos parlamentos. Nem sequer sócias das academias! nem nas academias, coisas fúteis e irrisórias, que parecem ter sido inventadas especialmente para senhoras ociosas! Já é!

<sup>14</sup> Na 1ª ed.: *sobre três colunas do folhetim.*

<sup>15</sup> Na 1ª ed.: *deixam cair o jornal.*

A estólida argumentação dos feios impugnadores da emancipação das senhoras, como disse, apoia-se na mímica da ciência dos doces serafins, que tudo sabem do céu, e tudo desdenham do saber dos homens. É, pois, forçoso desalojar os selvagens deste baluarte com as armas da ciência. É preciso que as damas, entre coisas igualmente indigestas, aprendam como se instituiu o convento jurídico no Porto <sup>16</sup>.

Vão agora SS. Ex.<sup>as</sup> saber que o senhor rei D. Afonso Henriques conquistou Santarém em 15 de Março de 1147, e ordenou que os anciões nobres julgassem as causas, até que D. Sancho, o Capelo, instituiu ali Relação e casa do cível. Em 1211, D. Afonso II criou juizes ordinários, e leis gerais: cessou então o governo das leis municipais, inscritas no Foral de cada. terra.

Os nossos monarcas, naqueles tenebrosos dias, saíam anualmente a administrar justiça aos povos; e hospedavam-se à custa dos administrados, recebendo uma contribuição chamada «o jantar de el-rei». Os advogados, como fossem salarizados pela nação, não podiam receber dinheiro dos litigantes.

Requereram os povos a. D. João I, em cortes de Coimbra a 10 de Abril de 1383, a trasladação da casa do cível de Santarém para Lisboa.

D. Sebastião nomeou duas Relações ambulantes, que andavam justiçando pelo reino. D. Filipe II, finalmente, mudou a casa. do cível para o Porto.

A primeira junta de julgadores fez-se na casa da câmara em 1583.

O mesmo Filipe, em 1584, ordenou que os desembargadores usassem becas ou garnachas, e barba larga para representarem a autoridade dos senadores romanos.

Os portuenses, numa petição que fizeram ao rei, conseguiram, ao que parece, comovê-lo sobre objecto de máximo porte na salvação das almas. As leis destes remos determinavam que os condenados à morte tivessem antes da execução o tempo somente necessário para se confessarem, sem outro sacramento. Sua Majestade, compadecido das almas dos justicados, consentiu que se lhes desse o Sagrado Viático.

Mudou-se a Relação da casa da câmara para o palácio do conde de Miranda no Corpo da Guarda; e a cadeia continuou na rua Chá, já então chamada a *cadeia velha*, porque fora reformada em 1490.

Em 1606 principiaram as obras da cadeia e Relação à Porta do Olival. Duraram dois anos. Neste espaço de tempo foi proibido construir casas no Porto, e condenado o operário que se esquivasse ao trabalho do magnífico edifício. Para ocorrer às ingentes despesas, foi concedido aos condenados a degredo remirem a pena a dinheiro.

Cento e quarenta e quatro anos depois, esta obra de dois anos, e de aparências eternas, aluiu-se. Era num sábadó de Aleluia, 1º de Abril de 1752.

A Relação estabeleceu-se na praça das Hortas, onde esteve vinte anos, esperando a reedificação, começada em 1767.

O romance do meu amigo recomeça agora:

– Quando a cadeia. abriu o primeiro rombo, entre os presos fugitivos e ilesos, fugiu um criminoso de consideração. Era nada menos que o matador de um bispo, cujo nome e bispado ignoro, porque a história, em respeito à cristandade, não transmitiu aos vindouros o nome deste príncipe da. igreja. O que a tradição diz é que o bispo incerto praticara um crime de horrendo nome na lareira doméstica de um fidalgo transmontano, desonrando-o; e que o fidalgo, com a melhor espada de seus avós, soldados de Cristo, o degolara no estrado do leito nupcial, ao tempo que a esposa se lançava da. janela à rua, em desesperada fuga.

O defunto bispo era muito do affecto de Sebastião José de Carvalho, rei de Portugal e Algarves <sup>17</sup>; ao passo que Nuno de Mendonça, o bispicida, era figadal

<sup>16</sup> Na 1ª ed.: *aprendam no folhetim o como se instituiu... etc.*

<sup>17</sup> Na 1ª ed.: *rei de Portugal.*

inimigo do dito rei, como todos os fidalgos esmagados debaixo do onnipotente salto do seu sapato.

Nuno de Mendonça foi condenado à forca. O dia do suplício, na povoação de Vilariça, estava marcado para o dia 3 de Maio; mas a cadeia arrasou-se no 1º de Abril.

O criminoso, ignorante do destino da esposa, por entre selvas e penhascos foi em demanda dela, com a mão convulsa no cabo do punhal. Tinham sede de mais sangue aquelas nobilíssimas entranhas de rico-homem atraído refecemente! Indagou dos mendigos, que saíam, ao repontar a manhã, da albergaria de sua casa, e soube que a fidalga estava, desde muito, num rigoroso mosteiro.

Fugiu da terra onde nascera antes que o conhecessem, apesar das barbas intonsas e alvas como a neve. E apenas tinha quarenta anos! Dois anos de cárcere, dois anos de paroxismos à espera da última hora na ignomínia da forca, dois anos de ânsias de vingança sem desafogo nem esperança, fizeram do galhardo Nuno aquele velho, que se afasta da Vilariça pelas gargantas das serras.

Meu bisavô era mui devoto de S. Gens, venerado numa ermida que dista de minha casa três quartos de légua.

Conta-se que, uma vez, o honrado lavrador amanhecera no cume do outeiro, onde está a ermida, e encontrara, sentado na raiz de um agigantado zambujeiro, à porta da capela, um homem desconhecido mal entrajado, e com semblante macerado de fome.

Fez-lhe perguntas com demonstrações de pena, e boa vontade de ser-lhe útil. Nuno de Mendonça, quebrado de fraqueza, escassamente respondeu. Meu bisavô levou-o consigo, agasalhou-o, alimentou-o, e respeitou o silêncio do hóspede infeliz.

Os avisos derramados pelas comarcas, depois da fuga dos presos, repetiam-se rigorosos. Os sinais de Nuno de Mendonça, como um dos principais criminosos, eram inequívocos. O lavrador desconfiou do misterioso silêncio do hóspede, sem o suspeitar o homicida do libertino mitrado.

Nuno, recuperado o vigor, disse ao hospedeiro que seguia dali para Castela. Meu bisavô, tocado de compaixão, observou-lhe que se não arriscasse a ser preso, porque as ordens de captura de todos os viandantes desconhecidos nas comarcas eram apertadas.

O fidalgo susteve-se: compreendeu a magnânima delicadeza do velho; julgou-o digno de sua confiança, e contou-lhe as desgraças de sua vida. Em paga da confidência, o lavrador dava-lhe dinheiro que lhe facilitasse a passagem para outros remos; porém, Nuno de Mendonça sentiu-se desamparado de ânimo: o temor de recair nas garras do valido de D. José I, a visão do patíbulo, que o chamava para 3 de Maio, prostraram-no no catre, que o hospedeiro velho lhe oferecia com a máxima segurança de sua vida.

Nuno esteve um ano e mais em casa de meu bisavô. Saía nas noites gélidas a beber o ar das serras. O seu posto habitual era na ermida de S. Gens, sobre a raiz do zambujeiro.

Decorrido este largo espaço de um tristíssimo viver, o fidalgo pediu ao seu amigo que lhe construísse uma choça, entre as fragas vizinhas da ermida, para que a vida se lhe não escoasse na estagnação do pequeno quarto, onde passava os dias. O velho não o contrariou. Fez-lhe por sua mão, e com os seus criados, uma casinha de pedra, coberta de colmo, e argamassada no interior. Deu-lhe um catre e um banco; uma panela, e um podão para cortar lenha. Dava-lhe uma arma caçadeira, e uma cadela de coelhos; Nuno dispensou estes últimos dons, e pediu uma túnica de estamemha e um rosário.

Devemos supor que a solidão, povoada de horríveis fantasmas, em que o fidalgo viveu, lhe acrisolou a piedade, e o afervorou em crenças na justiça divina. Pode ser que a larva do bispo ensanguentado lhe perturbasse as breves horas do repouso; e o desgraçado, enfraquecido a razão pelos incessantes rebates do infortúnio, e terror da forca, se convertesse às demasias da religiosidade.

O certo é que Nuno de Mendonça vestiu a estamena, e sentou-se na testada da choça à espera que a pomba dos antigos anacoretas lhe deixasse cair da região aérea o cibo nutriente.

Meu bisavô, porém, antecipava-se, todos os dias, aos cuidados da pomba, mandando-lhe alimentos para o jantar, e indo pessoalmente à noitinha levar-lhe a ceia, e passar com ele algumas horas. O povo das vizinhanças descobriu a existência do homem das barbas brancas, e denominou-o logo o ermitão de S. Gens. Começaram a ir procurá-lo pessoas que sofriam da alma e do corpo. Aos infelizes contava ele a história dos desgraçados que conhecera, e despedia-os consolados; aos doentes aplicava-lhes o conselho de pedirem a Deus que os curasse, se a vontade divina lhes não concedia a vida para grandes tribulações. Este proceder, que, na mente popular, devia ser o descrédito de qualquer ermitão, granjeou o renome de Nuno de Mendonça. Pessoas distintas das cercanias quiseram conhecer o homem que falava a linguagem que o povo nem sempre entende, mas sempre admira. Meu bisavô teve medo desta popularidade, bem que tivessem passado <sup>18</sup> três anos, depois da fuga da cadeia arrasada. Pediu-lhe, portanto, que se esquivasse a práticas com o povo, ou mudasse de terra.

Felizmente que as justiças das províncias se haviam relaxado na pesquisa dos presos, depois do terramoto de 1755. As providências do marquês de Pombal todas eram absorvidas na reedificação de Lisboa. Nuno de Mendonça, o ermitão de S. Gens, confiado no descuido dos quadrilheiros, deixou a choça, e foi caminho de sua terra, na intenção de arranjar dinheiro para passar-se a França, e acabar os seus dias num mosteiro.

\*  
\* \*

Continuou assim o meu amigo <sup>19</sup>:

– Nuno de Mendonça encontrou as armas de ma casa cobertas de crepe. A esposa tinha falecido, meses antes, num mosteiro da Galiza, tão compungida das suas culpas, que edificou mais com sua morte do que poderiam fazê-lo três senhoras de vida santa. A contrição do crime é a mais expressiva e tocante homenagem às consciências puras. Os remorsos da vida pecaminosa valem mais como exemplo que a serena prática das virtudes. A gente repara mais nas lágrimas ia penitência que nas alegrias da alma inocente... Parece que te enfadam estas máximas!...

– Não: eu gosto muito de máximas; – respondi – porém, quando as narrativas me interessam a curiosidade, antes quero ouvir as máximas no fim da história. No entanto, se...

– Pois sim: eu vou direito ao ponto, visto que não é lícito imitar-te na manha com que tu, rios teus romances, ensartas axiomas, quando a imaginação te emperra.

– Agradecido... Não se pode ser La Rochefoucauld sem ter-se a fantasia perra!... Tu e os Leitores da tua laia é que afogam os embriões dos escritores aforismáticos em Portugal. Pois sabe tu que a eternidade de muitos livros é o estilo sentencioso que lha dá. Os romances vão a pique, às vinte e quatro horas de navegação, porque não levam lastro de sentenças. Entre nós, há um exemplo da duração de um renome, devido à gravidade das máximas: são os romances do conselheiro Rodrigues Bastos. É, todavia, necessário que o escritor seja maior de oitenta anos para que os leitores lhe relevem o tom pedagógico dos axiomas...

– Agora, o estafador da paciência estás sendo tu – atalhou António Joaquim. –

<sup>18</sup> Na 1ª ed.: *que houvessem volvidos.*

<sup>19</sup> Na 1ª ed.: *Tomando o fio da história do ermitão, continuou assim... etc.*

Afogando, com o devido respeito, os teus embriões aforismáticos, direi que Nuno de Mendonça encontrou as portas de sua casa fechadas. Como não havia descendência, falecida a reclusa penitente, os servos da infeliz família foram entregar as chaves aos irmãos de seu amo, que residiam em Bragança.

Nuno, desconhecido na sua própria terra, colheu informações, e foi caminho de Bragança. Pelo alto silêncio da noite, bateu à porta dos seus, deu-se a conhecer, e achou-se nos braços de Cristóvão de Mendonça, seu irmão, padre da Companhia, o qual havia saído de Lisboa, da casa professa de S. Roque, para urdir com os jesuítas do Porto não sei que redes contra o conde de Oeiras. A resguardo de criados, celebraram os irmãos com júbilos e lágrimas o aparecimento de Nuno, que julgavam morto, ou vagabundo por países remotos. O jesuíta, que trouxera por companheiro o padre Timóteo de Oliveira, mais tarde desterrado pelo marquês de Pombal, – como amigo do padre Malagrida, que morreu queimado por ordem do mesmo sublime déspota – o jesuíta, digo, entendeu-se com o seu companheiro; e, no dia seguinte, vestiram uma roupeta a Nuno de Mendonça, compuseram-lhe a cara monasticamente, e saíram de noite, montados em possantes mulas, com destino a Lisboa.

O condenado à forca entrou com seu irmão na casa de S. Roque, onde esteve até 1759, com um pseudónimo para as pessoas suspeitas à Companhia. Nuno de Mendonça inscreveu-se na conjuração contra o rei D. José. O duque de Aveiro, cabeça dos conjurados, prezava-o muito, e tinha-o em sua mais íntima confiança, posto que resistisse ao alvitre do conjurado, que se ofereceu para expurgar a nação portuguesa do dragão purpurado. Escuso dizer-te que o dragão vinha a ser, em linguagem heráldica, o marquês de Pombal.

Os romancistas de casa e de fora, quando vestem fantasticamente a regicida tentativa de 1759, aventam que os ciúmes do conde de Atouguia respiraram pelos bacamartes disparados contra a carruagem do rei. Estou autorizado por meu bisavô, que só ouvi nas palavras evangélicas de meu avô e de meu pai, a declarar a ti e à história que a honra marital do conde de Atouguia não foi levemente inquinada por D. José I. A razão ou sem-razão da tentativa regicida está de sobra explicada no rancor da conculcada nobreza ao valido do rei. A Companhia de Jesus bandeou-se com a nobreza, porque o marquês a molestou, com mais arbítrio que justiça, na influência que ela exercitava nas colónias. O clero, revestido da suprema grandeza pela inabilidade e tardia devoção do rei D. João V, estranhou as coibições e reprimendas do reinado sucessor. O marquês tinha por si o braço do povo, e o braço propriamente seu, que era, digamo-lo sem estranheza, braço para sustentar mais formidável Atlas, carregado com o peso das iras do clero e da nobreza.

Tu sabes e sabe toda a gente o malogro da tentativa, e a justiça bárbara que sofreram os fidalgos no terreiro de Belém, e os jesuítas complicados, uns no desterro, outros nas masmorras, e aquele pobre do Malagrida na fogueira.

Um dos conjurados, que desfechou contra a carruagem do rei, foi Nuno de Mendonça. Os outros nunca ele os declarou; mas havemos de supor que um familiar do duque de Aveiro, por nome Policarpo das Neves, – presumo que era este o nome e apelido – foi o segundo que disparou infaustamente.

O que eu sei é que fugiram juntos; e com tão incrível felicidade, que vieram dar ao Minho a casa de meu bisavô.

Nuno de Mendonça foi habitar a choça desamparada nas vizinhanças da capela de S. Gene. Policarpo entrajou-se de trabalhador nos campos, e foi cavar entre outros obreiros nas terras de minha casa. Passarem ao estrangeiro era-lhes impossível. Todos os dias eram presos nas fronteiras os viandantes menos suspeitos. A cabeça de Policarpo estava a preço de quatro mil cruzados; pela cabeça de Nuno de Mendonça ninguém dava

nada. Este nome tinha morrido na memória de homens. O marquês de Pombal, depois de devassar na casa jesuíta de S. Roque, apenas soubera que desaparecera um familiar chamado Nolasco. Este Nolasco deu noites de febril insónia à onipotente cabeça do valido.

Entretanto, o fidalgo da Vilariça, devorando-se de ódio e ânsias aflitivas no seu ascético antro de S. Gens, atraiu novamente o povo das freguesias subjacentes à montanha. Dizia-se que ele havia chegado da terra santa, e de Roma, onde beijara a mão de Clemente XIV, e talvez se gozou da sua antecipada canonização pela boca do dispensador das coroas imarcescíveis da glória eterna.

Policarpo saía de noite com meu bisavô ao topo da serra, e contavam ao ermitão as notícias chegadas da capital.

Uma noite lhe levaram a nova do suplício do duque de Aveiro.

– E a duquesa? – perguntou Nuno.

– Foi também degolada.

– Pobre santa! – exclamou o fidalgo. – Morreu inocentíssima!... Eu nunca ousei na sua presença falar contra o rei!

E rompeu em altos gritos, pedindo à misericórdia divina que lhe aligeirasse a demorada agonia de sua vida.

Eu não sei se a frente do Senhor se inclinou clemente à prece do homicida, que mandara um bispo à região onde há o estridor de dentes, e quisera mandar provavelmente um rei à mesma região. O certo é que Nuno de Mendonça, poucos dias depois do suplício dos seus conjurados, morreu nos braços de um clérigo da minha aldeia, com odor de santidade não ousei asseverar-to; consta-me, porém, que se finou com o mau cheiro de todos os defuntos, cujo coração e mais entranhas se esfacelaram, corroídas pelas herpes, durante dez anos de desgraça sem intercadência.

Aqui tens a história do ermitão. Queres agora saber que fim teve Policarpo das Neves, o ecónomo da casa dos Mascarenhas? Julgavam-no filho natural de um fidalgo da casa de Aveiro, onde se educara e ganhara ilimitada confiança. Estava a enriquecer-se, quando se deu a catástrofe: esperava, abatido o marquês de Pombal, arredondar bens de fortuna que o elevassem às grandezas do seu nascimento, reconhecido irmão do duque.

Todos os seus haveres foram confiscados: não tinha onde cair morto; mas o que mais o molestava era não ter onde cair vivo sem medo que algum curioso, por escassez de recursos, lhe tirasse a cabeça para a vender pelos quatro mil cruzados oferecidos.

Meu bisavô conhecia nos Padrões da Teixeira, perto de Mesão Frio, um seu antigo criado, que ali abrira taverna. Foi ter-se com o homem, e comprou-lhe o estabelecimento, com a condição de arranjá-lo em local mais lucrativo do Minho. Policarpo das Neves senhoreou-se da taverna dos Padrões da Teixeira, e ampliou-a, construindo uma alpendrada para recolher as arreatas dos almocreves. Passados anos, casou, tendo ele quarenta de idade, com uma rapariga de uma aldeia do Marão. Teve um filho, que assistiu à morte do pai, e, só na derradeira hora, soube do moribundo qual era o seu nome, e como viera parar àquelas serranias. Divulgou-se a notícia, quando o filho e viúva já não tinham que temer a acção da justiça. O marquês de Pombal e D. José I já se haviam combinado, na presença de Deus, em perdoar a Policarpo das Neves.

Eu conheço dois netos deste homem de ferro, que trabalhou quarenta anos para deixar um filho abastado. Um deles abracei eu ontem em Vila Real, onde é delegado do procurador régio, um valente, e gentil, e pundonoroso rapaz, que tu havias de conhecer, há doze anos, no Porto, com uns formosos olhos azuis, e um espesso bigode louro: chama-se ele Valentim de Mascarenhas.

– Conheço: também ontem o abracei – disse eu. – Sou-lhe imensamente grato,



porque fez o favor de me não prender...

– Pois tu estás em risco de ser preso? –interrompeu-me António Joaquim grandemente espantado.

– Estou em risco de ser preso... palavra de honra!

– Porquê? Qual crime é o teu?

– Regicídio! Se ainda existe a choça de Nuno de Mendonça, permite que eu me faça ermitão de S. Gene, tirando a partido que tu serás a pomba aumentadora, deste anacoreta, que te beija desde já as cândidas asas.

E, dizendo, beijei o segundo cabeção do capote de António Joaquim, e apeámos na estalagem de Penafiel.